



**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O QUE DIZEM
ALUNOS, PROFESSORES E INTINERANTES SOBRE ESTA EXPERIÊNCIA?**

Luciana Carvalho de Sousa
Nº de Matrícula: 112790032c
Polo: Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

LUCIANA CARVALHO DE SOUSA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O QUE DIZEM
ALUNOS, PROFESSORES E INTINERANTES SOBRE ESTA EXPERIÊNCIA?

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a) Prof^ª Ms.Luciane Aparecida Nobre

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

Carvalho de Sousa, Luciana.

A inclusão escolar de alunos com deficiência visual : o que dizem alunos, professores e itinerantes sobre esta experiência? / Luciana Carvalho de Sousa. -- 2019.

31 p.

Orientadora: Luciene Aparecida Nobre

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Deficiência visual. 2. Inclusão. 3. Escolarização. 4. Apoio pedagógico. I. Nobre, Luciene Aparecida, orient. II. Título.

LUCIANA CARVALHO DE SOUSA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a) Prof^ª Ms. Luciane Aparecida Nobre
Universidade Federal de Juiz de Fora – UAB

Avaliador externo

Juiz e Fora

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as oportunidades que tenho em minha vida, por me dar forças para superar todos os obstáculos que surgiram em meu caminho e por ter vencido mais essa etapa;

Aos meus pais, pelo exemplo e investimento em minha educação. Tenho a certeza de que, de onde estiverem, estão orgulhosos de mais essa conquista;

Aos meus irmãos e filhos pelo apoio, compreensão e amparo em todos os momentos difíceis;

Ao meu esposo pelo apoio incondicional a todos os meus projetos, pelo amor, carinho, paciência, compreendendo minha ausência, que em muitos momentos foi necessária para me dedicar a esse projeto;

Aos responsáveis pelo Polo EAD de Bicas, pelo acolhimento eficiente e carinhoso em todos os encontros presenciais;

Ao estimado tutor Thenner Freitas, nosso “anjo da guarda” durante toda a especialização, não poupando esforços para nos atender, mesmo em seus momentos de lazer, com presteza, carinho e amizade. Nunca o esqueceremos!;

A minha orientadora Luciane Nobre, exemplo de atenção, comprometimento e pontualidade. Sempre disposta a colaborar e com quem muito aprendi sobre deficiência visual;

A todos os colegas de curso e em especial à Karla Videira, Emanuela Souza, Iury Fernandes e Jorfina Rodrigues pela convivência harmoniosa e colaboração nas atividades realizadas em grupo durante a especialização;

A todos que colaboraram direta e indiretamente para a concretização desse projeto,

... o meu muito obrigada!

RESUMO

Esse estudo foi realizado com o objetivo de analisar como está sendo realizado o processo de inclusão de uma aluna com deficiência visual matriculada em uma escola da rede privada da Zona da Mata sem o profissional de apoio. Como proposta de intervenção foi utilizada a pesquisa qualitativa através de questionário com perguntas estruturadas, além de reflexão e diálogo com os envolvidos. O questionário foi respondido pelos gestores, coordenadores e professores que atendem a aluna com deficiência visual, seus colegas de turma, a família e a própria aluna com o objetivo de pesquisar o que os mesmos entendem por Inclusão e como esse processo é realizado na escola em questão. Os dados obtidos confirmam que, mesmo contando com os recursos materiais necessários, apoio e compreensão de toda a comunidade escolar ainda precisamos avançar muito na questão da capacitação dos professores e na compreensão da importância da inclusão das pessoas com deficiência no cenário atual da educação brasileira. Incluir não é só matricular o aluno na escola. A aprendizagem de alunos com deficiência visual necessita de um ensino de qualidade, bem como de profissionais preparados para atendê-lo. Assim, fica a cargo da escola proporcionar estratégias que permitam a esses alunos o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, sempre que possível. Receber recursos materiais, arquitetônicos, pedagógicos e também tecnológicos tem importância fundamental para sua aprendizagem. A união entre o uso das tecnologias e profissionais comprometidos no processo ensino aprendizagem é fundamental para oferecer a esses alunos uma aprendizagem realmente significativa.

Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão; Escolarização; Apoio Pedagógico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	06
2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA /QUESTÃO -----	07
3 DESCRIÇÃO QUE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO -----	07
4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA	10
5 OBJETIVO GERAL -----	12
6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS -----	12
7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO -----	13
8 CRONOGRAMA -----	14
9 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA- -----	14
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	19
11 REFERENCIAS -----	21
APÊNDICE-----	23
ANEXO -----	31

1 INTRODUÇÃO

Incluir alunos com deficiência visual no sistema regular de ensino requer uma escola efetivamente preparada para receber esses alunos de uma forma inclusiva, acolhedora e afetuosa que possa garantir aos mesmos todas as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento e aprendizagem, assim, a escola estará colaborando não somente com sua formação acadêmica, mas capacitando-os a atuar em nossa sociedade de forma atuante e crítica. Segundo INEP/MEC (2016), o número de matrículas na educação especial no âmbito da educação básica passou de 325.136, em 2007, para 750.983, em 2015.

Após importantes marcos legais como: a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Declaração de Salamanca (1994), a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (2008), a Convenção da ONU sobre a deficiência da qual o Brasil é signatário (2007) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) as pessoas com deficiência passaram a ter pleno direito de acesso e permanência no âmbito escolar, devendo ser proporcionada uma educação digna a todos os educandos.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2013, p. 34).

O Decreto Lei n. 5269, de 2 de Dezembro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com deficiência, define deficiência visual da seguinte forma,

“cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;”

A pessoa com deficiência visual tem o direito constitucional assegurado de ser incluída educacionalmente, e ao poder público cabe atuar de modo a efetivar os direitos destas pessoas.

As reflexões tratadas nesse trabalho, não tem a pretensão de exaurir o tema, ou apresentar soluções únicas e imutáveis, mas sim, de ensejar melhores reflexões acerca do

tema, as quais possibilitem melhores condições de implementação de políticas públicas neste contexto.

O propósito dessa intervenção, desse modo, é contribuir para a melhoria do processo de inclusão da aluna com deficiência visual atendida no ensino regular da educação básica.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO

A inclusão do aluno com deficiência visual na escola regular será o eixo deste trabalho. A opção, de iluminar a reflexão sobre a inclusão – não só na perspectiva da equipe escolar, mas também na do aluno – revela, uma necessidade de observar a realidade escolar, de um modo diferente, buscando enxergar, por dentro, a questão da inclusão do aluno com deficiência visual.

Em nosso cotidiano, no âmbito educacional, nos deparamos com indicadores de que, quanto mais se tem falado em inclusão, mais se configura a exclusão como produto de uma sociedade de desiguais que urge ser equacionada. Educar com inclusão é primar pela garantia a todos do direito de estudar em uma escola regular usufruindo das mesmas condições e oportunidades de acesso, de permanência e aproveitamento.

A temática proposta será abordada e discutida em uma escola da rede privada da Zona da Mata, na qual é considerada uma instituição de ensino modelo de inclusão na cidade. Por conhecer de perto, parte da história escolar de Maria Flor (pseudônimo) e alguns profissionais que trabalham neste espaço, torna-se mais fácil debater as questões elencadas e buscar novas propostas para o processo de aprendizagem do aluno com deficiência visual.

E esse é o ponto de partida para o desenvolvimento deste projeto, ou seja, verificar: De que forma está acontecendo o processo de inclusão do aluno com deficiência visual nessa escola? Como esse aluno, seus colegas de classe, professores e gestores da escola em questão veem esta experiência?

3 DESCRIÇÃO DO QUE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO

A inclusão escolar “requer um processo de transformação da escola, tanto no aspecto físico como no didático-pedagógico, para que os educandos possam ter acesso e

oportunidade educativa e social compatível com suas diferenças pessoais” (Mittler, 2003, p.05).

Um problema social começa a partir do momento em que se estigmatizam as pessoas. A cegueira é um fenômeno de grande complexidade e também de diversidade. Suas causas, a forma (progressiva ou repentina), e o momento em que aconteceu, todo o seu contexto familiar, psicológico e social vão, de alguma forma, influenciar o modo como a pessoa vive sua condição de cegueira. Assim, ainda que existam pontos comuns entre cegos como, por exemplo, as formas de percepção, cada um possui um desenvolvimento peculiar, como o dos videntes. Sendo assim, o desenvolvimento de uma pessoa com cegueira estará mais próximo de pessoas que possuam outros tipos de características próximas a ele sejam essas culturais, sociais, de faixa etária, entre outras, do que a de outro cego. (LIRA & SCHINDWEIN, 2008).

Sabe-se que não existe apenas um meio de desenvolvimento para os cegos, mas também que algumas condições são essenciais quando se deseja ampliar e viabilizar suas condições de aprendizagem. A linguagem tem uma importância inquestionável no desenvolvimento humano. Para o cego seu papel se torna ainda maior porque é através dela que as informações visuais a que ele não tem acesso serão verbalizadas. Nesse sentido, Lira & Schlindwein (2008), discutem a inclusão escolar da criança cega por meio de uma leitura vigostskiana, e relacionam a linguagem e as funções psíquicas superiores para o cego:

A criança cega pode perfeitamente se apropriar das significações de seu meio e participar das práticas sociais, pois dispõe do instrumento necessário para isso – a linguagem. Além disso, a concepção de que, com o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, o homem transforma sua relação com o mundo e nela introduz a dimensão semiótica, minimiza a dimensão da perda decorrente da cegueira (Lira & Schlindwein, 2008, p. 187)

A escolha do tema sobre a inclusão de alunos com deficiência visual vem de minhas próprias experiências profissionais. A prática de lecionar em uma turma com a presença de uma criança cega me permitiu avaliar que a maior parte das práticas de inclusão escolar de alunos cegos tem sido feita de maneira pouco responsável.

O processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência visual precisa ser adequado ao nível de desenvolvimento que esse se encontra, e as aulas planejadas para que as dificuldades de integração na classe sejam amenizadas. Assim, é indispensável utilizar recursos específicos e materiais pedagógicos que possibilitem ensinar ao aluno com esse tipo de deficiência visual como áudios sobre conteúdos, figuras em alto relevo, entre outros.

Solicitar junto à direção escolar materiais pedagógicos adequados, adaptar a proposta da sala de aula às necessidades do aluno com deficiência visual, bem como adaptar o material de leitura e escrita. Enfim, fazer o que for possível para que o aluno com deficiência visual seja realmente incluído, seja protagonista da sua aprendizagem, o que somente será possível por meio de um trabalho comprometido com a realidade do aluno atendido.

A cegueira em si pode até se apresentar uma condição limitadora, porém, histórias de vida como as da aluna alvo desta intervenção, revelam que o devido suporte familiar e pedagógico aliado à determinação, persistência e capacidade de superação podem sim ser o caminho para uma educação inclusiva que proverá o pleno desenvolvimento a todas as pessoas com ou sem deficiência. A história de vida da família de Maria Flor, minha aluna no ano letivo de 2015, ainda mexe muito com meu emocional. Após tomar conhecimento da deficiência da filha, poucos meses após o seu nascimento, sua família se desdobrou na busca de alternativas e meios que favorecessem o desenvolvimento da Maria Flor, que é uma jovem forte, saudável, dotada de grande inteligência, sensibilidade, facilidade de aprendizagem e tem um incrível dom para música, tocando teclado e cantando sem nunca ter feito aulas de música, “tirando as letras de ouvido”. Maria Flor iniciou sua escolarização aos dois anos e meio em escola pública e, a partir do sétimo ano de escolaridade, foi transferida para a rede particular onde permanece hoje cursando o nono ano.

Esse processo de escolarização não foi fácil, mas ela contou com o apoio profissional em Juiz de Fora para sua estimulação precoce, com as profissionais do NAI - Cataguases (Núcleo de Apoio à Inclusão) onde iniciou o pré-braile, com professoras de apoio na classe regular e alfabetizadora em braile.

A estigmatização de uma pessoa com deficiência visual não prejudica somente sua personalidade, mas também sua autoestima. O ambiente educacional, nesse caso precisa estar adequado para prover seu desenvolvimento integral. A ausência de apoio especializado, falta de materiais e recursos para trabalhar com alunos cegos foram constatado por Monte Alegre (2003) em escolas comuns ditas “inclusivas”, o que, segundo o mesmo leva a um trabalho pedagógico técnico, além de muitas vezes inadequado, pois não leva conta as necessidades desses alunos. São muitos os profissionais de salas regulares que demonstram incertezas sobre como lidar com esses alunos e desconhecem os materiais adaptados para o cego - inclusive o braile (MONTE ALEGRE, 2003).

Estamos em um momento em que se torna cada vez mais urgente e necessário refletir sobre as condições que têm sido oferecidas ao aluno com deficiência visual e sua aprendizagem no ensino regular. Em se tratando de ensino público, temos a tardia contratação

dos professores de apoio e sua carga horária reduzida a 16 horas/aulas semanais, faltam materiais adaptados nas escolas, capacitação para o professor regente e tais situações são entraves para uma aprendizagem igualitária e de qualidade.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA

Um dos objetivos prioritários da escola é a formação do cidadão, sua preparação para atuar no mercado de trabalho e capacitá-lo para que, como cidadão atuante e consciente, seja capaz de reconhecer e lutar por seus direitos e cumprir com seus deveres. Para que tais objetivos possam ser alcançados, todo cidadão deve ser repetido seja dentro ou fora de seu ambiente escolar ou familiar.

Criada pelo parecer de nº 17/2001, as Diretrizes e Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, descreve que “toda criança sempre que possível, possa aprender junta, independente de suas dificuldades e diferenças” (BRASIL, 2001). Por sua vez, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu capítulo II no artigo 4º determina que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Porém, incluir vai além de matricular e manter a frequência do aluno com deficiência em uma escola regular. Apesar da escola e o sistema educacional se mostrarem abertos a receber esses alunos nota-se que, na maioria das vezes, esses alunos são inseridos na rotina escolar, sem qualquer cuidado especial. Mantoan define bem a necessidade de uma nova postura frente à inclusão e destaca:

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue: aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar. Tem-se um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico que implicam formação de redes de saberes e de relações, que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento; existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos (MANTOAN, 2003).

Uma série de providências são urgentes, essenciais e necessárias para que esses alunos possam ser incluídos adequadamente. A adequação curricular, os aspectos didáticos e

metodológicos, conhecimentos sobre braile, aquisição e uso de máquina braile, reglete, sorobã, dispositivos ópticos, entre outros, podem ser destacados e classificados como imprescindíveis. Para garantir e aprimorar o meio interacional e social das pessoas com deficiência visual, muito se tem feito, o necessário agora é repensar e dar maior atenção à aprendizagem destes estudantes garantindo seu direito de aprender como qualquer outro aluno como bem destaca Mantoan, ao comentar as novas necessidades que emergem junto ao novo contexto educacional.

Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação, na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano (MANTOAN, 1988).

Uma escola de qualidade e que busca ser inclusiva deve buscar a superação superar das necessidades educacionais de todos aqueles alunos que necessitam de atenção especial, independente de suas limitações. Embora a educação inclusiva seja uma realidade na sociedade e no ambiente escolar, ainda podemos perceber por parte de alguns profissionais da educação dificuldades para atender aos alunos com deficiência, situação que muitas vezes pode gerar uma condição de exclusão desses alunos. Segundo Tunes & Bartholo (2007).

“a exclusão é a negação da diversidade humana, e ela se manifesta sempre em particularidades, e entre os grupos excluídos os deficientes são os de que menos se fala, ou se produz os meios necessários para a vida social. Para as citadas autoras, a exclusão se processa no momento do reconhecimento do outro deficiente” (p.19) e que “o conceito de deficiência serve, pois, à exclusão. Eis aí o preconceito da deficiência. É, portanto, um contrassenso falar da inclusão de excluído quando basta apenas, não excluí-los, os chamando apenas pelo próprio nome” (p.54).

Compartilhando dessas ideias e princípios uma escola inclusiva deve estar tornar presente e atuante tanto no meio acadêmico quanto no meio social, fornecendo uma educação que valoriza e respeita a totalidade de seus educandos, visto que, um de seus mais importantes objetivos é ser formadora de cidadãos conscientes. Além disso, necessita de profissionais comprometidos e especializados que possam colaborar efetivamente no processo de aprendizagem. Como muito pertinentemente abordam Sousa & Góes (1999, p 168) “para atender com dignidade aos que na escola se encontram, novas iniciativas pedagógicas se

fazem necessárias, iniciativas que demandam a construção de um novo entendimento político e ideológico do que seja a escola”.

Com o projeto pretendo esclarecer as condições que estão sendo oferecidas ao aluno com deficiência visual em seu ambiente escolar, uma vez que não basta somente falar de inclusão, mas é necessário oferecer ao mesmo um ensino de qualidade. Dentro deste aspecto, será verificado não só se a escola, mas também os professores e demais membros da equipe escolar tem sido preparados para a adaptação deste aluno em sala de aula, e quais as condições que o estão auxiliando.

É importante que haja a conscientização de todos os envolvidos no processo educacional. As aptidões da aluna, seus interesses, seus conhecimentos já construídos precisam ser potencializados.

Assim, conhecendo a história de Maria Flor, é possível planejar todo o trabalho e após aplicada a intervenção levar para a equipe pedagógica o que deu certo, o que não foi tão produtivo. É necessário refletir sobre as atividades que mais interessaram a aluna. Perceber os recursos mais eficientes e que mais possibilitaram a integração de Maria Flor ao processo ensino-aprendizagem, inclusive, qualificando tal processo.

5 OBJETIVO GERAL

Através deste trabalho pretende-se pesquisar de que forma está acontecendo o processo de inclusão de Maria Flor, em uma escola regular privada e, também dialogar com a equipe escolar sobre esse processo de inclusão.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- . Analisar o processo de inclusão na perspectiva do deficiente visual;
- verificar e refletir as práticas pedagógicas para inclusão de alunos com deficiência visual na escola em questão;
- analisar como gestores, professores regentes e demais membros da equipe escolar estão sendo preparados para contribuir na formação e escolarização de alunos com deficiência visual na escola.

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO

Para a produção deste trabalho, como proposta de intervenção, utilizaremos como abordagem a pesquisa qualitativa, pois cremos ser a mesma um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Com a pesquisa qualitativa, os entrevistados estarão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre o assunto selecionado como objeto de estudo já que nosso propósito não é contabilizar quantidades, mas sim conseguir compreender o entendimento e comportamento do grupo-alvo.

Na construção dos dados, faremos uso da entrevista na sua forma estruturada com os profissionais da educação (gestores, coordenadores e professores) que atendem a aluna Maria Flor, seus colegas de turma, além da família e da própria aluna. Será utilizado um roteiro estruturado (que se encontra em anexo) através da aplicação de questionários no qual se combinam perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidades de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador, o que permitirá que o andamento da entrevista ocorra de uma forma mais espontânea (MINAYO, 2000a, p.108).

De acordo com esta autora, através da entrevista é possível adquirir tanto dados de natureza objetiva quanto dados subjetivos que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, tais como valores e opiniões, e que só podem ser conseguidos através da contribuição dos atores sociais envolvidos.

Assim, a conversa com os pais para saber como a aluna se comporta nas diversas situações e visando identificar as habilidades e competências da aluna e saber as aptidões da mesma para melhor aproveitamento dessas no planejamento das atividades. Através de questionamentos à professora de apoio que atuou com Maria Flor, colegas de classes e com a própria aluna para saber sobre seus interesses, seus anseios e como se relaciona com os outros, além de conhecer suas expectativas de vida. Todos os apontamentos serviram de base e reflexão para o desenvolvimento do projeto.

E a escola percebeu a necessidade de conhecer melhor a aluna, seus interesses para efetivar um atendimento mais favorável.

8 CRONOGRAMA

Dezembro/2018 a Janeiro/2019	Levantamento bibliográfico (organização de leituras, fichamentos, resenhas, apreciação crítica).
25/3/2019	Encontro com a diretora da escola, planejamento da entrada em campo e especificação das ações de intervenção.
9/4/2019 a 12/4/2019	Inserção na escola destacada no presente trabalho. Observação da rotina escolar de Maria Flor durante dois dias. Análises junto aos professores, gestores, alunos e família da deficiente visual em questão para verificar as condições que estão sendo oferecidas a mesma na escola regular privada.
19/4/2019	Envio do relatório à orientação após intervenção.
Maio/2019	Finalização do trabalho para a apresentação.

9 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A sala de aula, alvo dessa pesquisa, é o nono ano do Ensino Fundamental, de uma escola da rede privada, localizada na Zona da Mata, que conta com 22 alunos, incluindo a aluna Maria Flor. A faixa etária dos alunos varia de 13 a 15 anos. Maria Flor foi acompanhada, desde os seis anos de idade por uma professora de apoio contratada pela rede municipal de ensino, mas desde que foi transferida para a escola privada não conta mais com esse apoio constante por decisão da família. Ela frequenta esta escola há dois anos; é a primeira experiência com aluno com deficiência visual em sala de aula desta instituição. A mãe relata que estava terminando sua faculdade de Pedagogia e, em conversa com a diretora da escola, surgiu a proposta de levá-la para a escola citada. Como já conheciam a realidade da escola e sabiam do trabalho sério que eles desenvolviam, especialmente no que se refere à inclusão, a família resolveu levá-la. Neste período a família já desejava tirar o apoio de Maria Flor, para que ela ficasse mais independente, e viram que seria uma boa oportunidade, escola nova, vida nova para ela. Maria Flor adorou a ideia e foi muito bem recebida pela escola de uma maneira geral, inclusive pelos alunos. A família vê que o atendimento realizado à filha é de muita responsabilidade, dedicação e zelo. A escola inclui a aluna em toda sua programação, como festas, passeios, de maneira que ela se sinta acolhida e útil. Ela se sente respeitada, acolhida e amada pelos professores,

funcionários e colegas. O prédio está adaptado às suas necessidades contendo rampas de acesso, identificação em braile para as portas e, recentemente, adquiriu também piso tátil.

A aluna, com 14 anos de idade, nasceu aos sete meses de gestação, após uma gravidez de risco e um parto onde ocorreu a pré – eclampsia da mãe. Após uma semana em incubadora, a bebê teve uma infecção generalizada, necessitando de dois meses e meio de internação em UTI neonatal onde foi diagnosticada com Retinopatia da Prematuridade Avançada. Foi indicada uma cirurgia a laser nos olhos para tentar reverter esta sequela, a mesma não foi bem sucedida incidindo em uma baixa visão bem severa que acabou levando Maria Flor o arquivo à cegueira aos quatro anos de idade.

Sobre os questionários, peças importantes ao projeto, os direcionados aos educadores como: diretora da escola, professores, foram distribuídos aos mesmos para que preenchessem num tempo livre na própria escola. O questionamento aos colegas foi dado em sala de aula em conjunto, para as devidas orientações. E a professora de apoio que atuou com Maria Flor levou o questionário para casa. Os pais compareceram à escola e responderam usando o espaço da sala de professores. A aluna, Maria Flor, respondeu oralmente as perguntas feitas e anotadas por mim.

Na classe pesquisada, são oito os professores responsáveis pelas diversas disciplinas ministradas: Português, Matemática, Inglês, Ciências, Geografia, História, Educação Física e Artes. As aulas têm a duração de 50 minutos. As dinâmicas de aula variam de acordo com cada professor e com os conteúdos, com predomínio de aulas expositivas e o uso preferencial do quadro negro como apoio para as explicações. Eventualmente, são usados recursos adaptados e material concreto como: material dourado, peças geométricas, desenhos com textura (realizados pela mãe da aluna), impressão em 3D, mapas e textos em braile.

Em geral, os alunos são participativos e respondem a perguntas em aulas expositivas, com alguma frequência são realizadas atividades em grupo. Esses grupos se alternam bastante, não possuindo uma configuração estável. Maria Flor sempre é convidada por uma das equipes e senta-se à frente.

Os professores se mostraram muito disponíveis para a entrevista. Em relação aos alunos da classe, buscou-se sondar se gostariam de responder algumas perguntas sobre Inclusão. Os alunos se mostraram à vontade e participativos e julgou-se que os dados coletados foram bastante adequados aos propósitos da pesquisa. A aluna com deficiência visual foi entrevistada pela pesquisadora. As entrevistas, no geral, duraram em média uma hora cada uma. Todas foram transcritas integralmente para posterior análise.

Os depoimentos dos professores das disciplinas, no geral, apontam para a satisfação diante dos resultados dessa experiência, eles relatam que as aulas transcorrem normalmente; que a presença da aluna foi facilmente assimilada na rotina escolar; que percebem um bom relacionamento entre os

alunos e um bom rendimento geral de Maria Flor. Porém, ao realizar uma análise mais atenta do mesmo material nota-se paradoxalmente a falta de preparação para esta prática, desinformação geral acerca da deficiência visual e de suas peculiaridades. Eles recebem muito apoio da família da aluna que auxilia sempre em trabalhos, confecciona materiais adaptados e transcreve suas tarefas de casa em braile. Os professores referem-se a uma experiência que transcorre bem, que não causa estranhamento e que, portanto, pode ser mantida como está, porque as dificuldades são mínimas e não merecem maior atenção. Porém, no próprio fluxo da entrevista alguns professores dão sinais de que percebem, ainda que de maneira tênue, que algo precisa ser repensado. Os depoimentos revelam e ao mesmo tempo omitem problemas nesta prática, mas, de maneira geral, os entrevistados referem-se à experiência como satisfatória e motivo de crescimento pessoal e profissional.

Os depoimentos dos colegas de sala revelam que a aluna é acolhida pela classe, vista com respeito e que conta com a amizade de vários companheiros. Revelam também, certa supervalorização nas relações, como se não houvesse problemas e como se tudo se desenvolvesse de forma satisfatória para todos. Os colegas entrevistados falam de um ambiente acolhedor e tranquilo, no qual a aluna é querida, tem boas relações, e que todos conhecem formas para se comunicar e interagir com ela de forma eficiente. Neste ambiente, ela se mostra uma boa aluna. Entretanto, em alguns dos depoimentos, é possível perceber que o relacionamento às vezes se torna difícil, pois a aluna não demonstra a mesma maturidade e áreas de interesse dos colegas. A relação entre alunos videntes e Maria Flor não se revela sempre difícil, há aceitação e compreensão de suas características, mas também não se revela sempre fácil, há dificuldades de relacionamento e de aceitação de certas características por parte de alguns alunos que se mantêm alheios à presença da mesma. Com o objetivo de aproximar a aluna de todos e facilitar sua interação com toda a classe foi organizada pela coordenação uma escala para seu auxílio em atividades fora da sala como: ida ao banheiro compra de lanche, ida para o pátio na hora do intervalo, para a quadra nas aulas de Ed. Física, entre outros. Essa foi uma estratégia usada com a finalidade de aproximar Maria Flor daqueles alunos que ela desejava conhecer melhor, mas não encontrava uma forma de aproximação. Porém, os aspectos mais difíceis da relação muitas vezes foram ocultados, aparecendo apenas nas entrelinhas como menos importantes. O saldo geral é positivo e isso é o que conta. Também entre os colegas parece não haver estranhamento e apreensão em relação a essa experiência nova.

A leitura da entrevista da aluna Maria Flor, faz pensar que ela tenha uma compreensão particular de sua escolarização. Frequentar uma classe regular não é uma opção para ela, é algo normal, pois é o único contexto escolar que conhece. Por não conhecer outra realidade, mostra-se bem adaptada à sua situação, acredita que esta convivência é plena e se satisfaz com ela.

Tem também uma compreensão e aceitação de sua deficiência de uma forma bem consistente. Apesar de sempre ter tido curiosidade para saber como são algumas formas e a natureza ela conta que não se sente triste ou frustrada, é uma jovem muito religiosa e encontra na fé a força para superar os obstáculos e para justificar os dons que recebeu. A questão da inclusão de pessoas com deficiência na escola regular é vista por Maria Flor como um direito que está começando a ser respeitado, mas que ainda é um entrave para muitos gestores e professores. Ela nota que ainda não acreditam ou até mesmo, não querem que ela aconteça de fato. Por ter uma mãe que desempenha a função de professora de apoio sua compreensão acerca do assunto é ainda mais consistente, pois ela acompanha a evolução do processo de inclusão desde sua pré-escola.

Quanto aos conteúdos ela revela ter muita dificuldade nas disciplinas de exatas, pois as mesmas exigem uma compreensão muito lógica com fórmulas e cálculos que são conteúdos mais distantes da realidade e de difícil assimilação para uma pessoa com deficiência visual. Já nas outras áreas é bem mais fácil a assimilação oral, através das explicações dos professores e do material adaptado em braile ou com texturas, que a ajudam a perceber com facilidade os conteúdos.

Maria Flor não é muito participativa durante as aulas, possui uma postura mais passiva, ouvindo com atenção, fazendo as atividades propostas e tirando suas dúvidas em casa com a mãe e a irmã. Apresenta certa timidez nas relações e na participação em atividades escolares. Assuntos da atualidade como séries de televisão e filmes são distantes de sua realidade e quando são citados dificultam seu interesse, participação e interação.

Atualmente Maria Flor não frequenta nenhum tipo de terapia e se dedica às aulas de teclado e bateria, pois tem uma ótima percepção musical, canta, participa do grupo de louvor da igreja que frequenta e, até bem pouco tempo, realizava todas essas atividades sem nunca ter tido aula teórica, apenas com sua alta percepção auditiva e dom musical.

Para compreender um pouco mais do processo de inclusão de Maria Flor foi entrevistada, também, sua antiga professora de apoio.

O atendimento da professora de apoio, Rita, à Maria Flor iniciou-se quando a aluna estava no 1º ano do Ensino Fundamental e acontecia no contraturno das aulas, na mesma escola em que a aluna estudava na ocasião.

Eram realizadas pela mesma atividades de Orientação e Mobilidade (OM), onde foi treinado o uso da bengala longa na escola e no entorno. Entre as atividades desenvolvidas estavam a identificação de lojas, mercados, sorveterias, quitandas, dentre outros, por meio da audição e olfato dos ambientes, sempre explorando os sentidos remanescentes para que suprissem a falta da visão na sua autonomia; realizava também, atividades de exploração tátil e corpo sinestésica. No início, Maria

Flor era resistente ao uso da bengala, mas estava ciente de que seu uso era primordial para sua independência dentro da escola.

A partir do 2º ano de escolaridade e até o 6º ano do Ensino Fundamental II, o acompanhamento de Rita à Maria Flor foi realizado dentro da sala de aula regular com adaptação das atividades em relevo, uso de letras em EVA, entre outros, enquanto a aluna aprendia o braile na sala de AEE em contraturno. No decorrer do 2º ano de escolaridade as atividades foram sendo adaptadas em braile, e, no final desse mesmo ano, iniciou-se o uso da reglete na escrita e treino da leitura.

As atividades de Matemática sempre foram feitas com material concreto para contagem e cálculos. A partir do 3º ano de escolaridade, e daí por diante, os cálculos começaram a ser feitos com o Sorobã, sempre tendo orientação da professora de apoio, pois seu uso exigia muita habilidade e treinamento. Fui professora regente de Maria Flor no seu 4º ano de escolaridade e pude observar de perto todo esse atendimento realizado pela professora Rita. Sempre de maneira desafiadora, incentivando Maria Flor a uma atitude menos passiva, mais atenta e sendo firme com a mesma em seus momentos de certa preguiça para utilizar os recursos necessários à sua aprendizagem.

Após o 6º ano a aluna se transferiu para a rede particular de ensino, onde, apesar de não ter mais a presença da professora de apoio conta com a mãe para fazer as adaptações necessárias às suas necessidades educacionais e sempre explorando a participação oral da aluna nas aulas. Essa mudança de escola foi vista de forma muito positiva pela profissional de apoio e considerada muito importante para a autonomia de Maria Flor.

Em seu depoimento a mãe de Maria Flor relatou os motivos da transferência da aluna para uma escola privada e a escolha da mesma, que ocorreu devido a um conhecimento prévio da realidade da escola, do trabalho sério que eles desenvolviam, especialmente em caráter de inclusão. Neste período seus pais estavam querendo tirar o apoio de Maria Flor, para que ela ficasse mais independente, e viram nessa mudança uma boa oportunidade, ideia que foi aceita de imediato por Maria Flor.

A mãe acrescenta que foram muito bem recebidos pela escola de uma maneira geral, inclusive pelos alunos, que vê o atendimento à Maria Flor com muita responsabilidade, dedicação e zelo. Acrescenta também que tem ciência de que alguns professores ainda sentem um pouco de dificuldade nas adaptações, em como lidar com uma aluna com deficiência visual, mas entende que tais fatos fazem parte de todo processo de adaptação dos educadores com a nova realidade inclusiva do sistema educacional e que não é do dia para noite que todos os problemas, dúvidas e questionamentos serão selecionados ou extintos, mas que é preciso “um querer”, uma busca para o encontro das melhores formas para uma aprendizagem de qualidade.

Até o momento encontram-se muito satisfeitos com o desenvolvimento de Maria Flor, ela tem conseguido acompanhar todas as disciplinas, apesar das dificuldades nas disciplinas exatas, em que realmente ela sempre teve dificuldades e apresenta uma defasagem em relação à turma. Nessas disciplinas é feito um trabalho diferenciado com ela.

Em casa, o suporte é realizado pela mãe. É ela quem faz as adaptações necessárias, transcreve os trabalhos e atividades realizadas em braile e envia para os professores sempre com a consciência de que família e escola precisam andar juntos, pois o maior beneficiado será a aluna, e, em sua concepção, ela percebe que isso tem acontecido.

Após analisar todos os relatos e observar a rotina de Maria Flor na escola, pude dialogar com parte da equipe escolar para analisarmos em conjunto alguns dos aspectos observados que julgamos mais pertinentes e necessário abordar para melhorar o processo de inclusão da aluna, seja através de palestras, trabalhos de estudo junto aos professores; textos informativos durante as aulas de Língua Portuguesa, realização de técnicas como debates ou júri simulado, dinâmicas de grupo entre outras para promover um conhecimento maior acerca do assunto por toda a comunidade escolar.

Toda a equipe escolar mostrou-se muito receptiva e destacou que através da intervenção pode ter uma visão maior das necessidades de ajuste na rotina dos alunos, não só da classe de Maria Flor, das dificuldades dos professores ao ministrar determinados conteúdos, de buscar formas de incentivo para que Maria Flor seja mais participativa e não tão passiva durante as aulas expositivas, além da necessidade de adquirir equipamentos tecnológicos e capacitar todos os profissionais da escola, pois, quando se fala em inclusão escolar não estamos falando somente da classe regular, mas de toda uma comunidade envolvida.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou entender de que forma está acontecendo o processo de inclusão da pessoa com deficiência visual na rede privada de ensino, bem como o entendimento de toda comunidade escolar acerca do processo de inclusão.

A partir das informações, depoimentos e demais dados desse relatório, procurou-se relatar um modelo de intervenção que não foi centrado nas limitações e entraves encontrados pela pessoa com deficiência visual em sua escolarização. Conseguimos perceber que a todo tempo podemos estar inventando e reinventando modos de atuar, interagir, desempenhar tarefas, conviver e aprender na diversidade e nos contextos desafiadores.

Os relatos das entrevistas mostram que realmente essa escola procurou formas de remover barreiras, superar limitações, romper com antigos paradigmas e se encontra no caminho para uma educação com equidade e qualidade para todos os seus educandos sejam eles com ou sem deficiência.

Como pontos positivos destacamos a oferta, pela escola de recursos didáticos muito importantes como: sorobã, reglete, punção, máquina braile entre outros, além ter na coordenação uma profissional especializada na área de educação inclusiva que realiza um atendimento de orientação aos professores quando necessitado. Apesar de a maioria dos professores regentes não terem cursos específicos para trabalhar com a aluna DV, os mesmos são orientados como trabalhar com o aluno, porém nem todos fazem adaptações que poderiam beneficiar a aluna durante as aulas.

Como ponto negativo destacamos a ausência de tecnologias que muito contribuiriam para facilitar o acesso a informações além de se mostrar como algo novo e motivador não só para a aluna com DV, mas também para alunos com outros tipos de deficiência que estudam na escola, colaborando assim para a aprendizagem e autonomia dos mesmos.

Após analisar todos os relatos e observar a rotina de Maria Flor na escola, pude dialogar com parte da equipe escolar para analisarmos em conjunto alguns dos aspectos observados que julgamos mais pertinentes e necessário abordar para melhorar o processo de inclusão da aluna, seja através de palestras, trabalhos de estudo junto aos professores; textos informativos durante as aulas de Língua Portuguesa, realização de técnicas como debates ou júri simulado, dinâmicas de grupo entre outras para promover um conhecimento maior acerca do assunto por toda a comunidade escolar.

Toda a equipe escolar mostrou-se muito receptiva e destacou que através da intervenção pode ter uma visão maior das necessidades de ajuste na rotina dos alunos, não só da classe de Maria Flor, das dificuldades dos professores ao ministrar determinados conteúdos, de buscar formas de incentivo para que Maria Flor seja mais participativa e não tão passiva durante as aulas expositivas, além da necessidade de adquirir equipamentos tecnológicos e capacitar todos os profissionais da escola, pois, quando se fala em inclusão escolar não estamos falando somente da classe regular, mas de toda uma comunidade envolvida.

É importante salientar que Maria Flor não tem nenhum problema cognitivo. O que a impede de se desenvolver num ritmo mais acelerado é a deficiência visual. Então, acredito que com atendimento individualizado e recursos adequados as capacidades da aluna podem ser ampliadas, pois isso ocorreu no desenvolvimento do projeto.

A família acredita na capacidade de Maria Flor e apoia atividades que contribuam para o avanço educacional da aluna. Todo o trabalho relacionado à deficiência visual foi feito com conhecimento e a aprovação de todos os envolvidos no processo educacional da aluna, inclusive ela próprio. .

O ambiente foi organizado para promover ativamente a aprendizagem por meios dos canais sensoriais que a aluna possui, para criar condições de participação nas atividades cotidianas e de aprender como qualquer outro aluno.

Como a escola tem se destacado no município como modelo inclusivo, e possui matriculados alunos com vários tipos de deficiência, nada mais pertinente do que envolver toda a comunidade escolar e destacar seu papel e importância na busca de uma inclusão educacional em sua plenitude, consagrando a inclusão e integração desses alunos à sociedade como um todo. Uma tarefa que todos sabemos, não será fácil, mas que é plenamente possível, urgente e necessária para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária e de cidadãos que irão nela atuar e conviver de maneira atuante e crítica, sem nenhum tipo de exclusão, discriminação ou preconceito.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer CNE/CEB17/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos>> Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 dez. 2018.

_____. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, Brasília, DF, 31 de dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB17/nº2/2001**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/peceb> Acesso em: 13 dez. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

LIRA, M. C. F., & SCHLINDWEIN, L. M. (2008) A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Caderno Cedes**. V. 28(75), 171-190.

MANTOAN, Maria Tereza. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Editora Scipione. Disponível em <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/integracao_x_inclusao.htm> Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006. p.48-61.

MINAYO, M. C. de S. **Fase de trabalho de campo**. In: O desafio do conhecimento. 7. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitecbrasco, 2000a. p. 105 - 156.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTE ALEGRE, P. A. C. **A cegueira e a visão do pensamento**. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica** (UNIFAP), Macapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, set./dez. 2016.

SOUZA, R.M., GÓES, M.C.R. O ensino de surdos na Escola Inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKILIAR, C. (Org.): **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. v.1, Porto Alegre: Mediação, 1999, p.163 -188.

TUNES, E. BARTHOLO, R. **Nos limites da Ação do Preconceito Inclusão e Deficiência**. EDUFSCAR, 2007

II – Roteiro de Entrevista (Diretora/ Coordenadora)



CEAD – Centro de educação a Distância Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEB)

- 1 – Fale um pouco sobre o processo de inclusão realizado na escola.
- 2 – Fale um pouco a respeito do que você conhece sobre a história da Fernanda.
- 3 – Como foi a chegada de Fernanda à escola? Houve uma orientação ou preparação prévia para o trabalho como uma aluna com DV? Por exemplo, uma capacitação, curso, etc.?
- 4 – Como é a relação entre Fernanda e seus professores, colegas de sala e com você?
- 5 – Existe na escola uma sala de recursos? Em caso positivo comente seu funcionamento e responsável.
- 6 – Que tipos de metodologias e recursos são utilizados na prática pedagógica com Fernanda?
- 7 – Como é o desempenho escolar da Fernanda? Ela realiza as tarefas sozinhas? É atenciosa? Criativa? Participativa? Como está sendo seu desenvolvimento? Que outras características de Fernanda você destacaria?
- 8- Como suas habilidades são avaliadas?
- 9 – Em sua opinião, qual a maior dificuldade enfrentada na sala de aula inclusiva?
- 10 – Sabe-se que a política nacional, que prevê a inclusão de todos os alunos na escola regular, vem provocando mudanças na educação. Você acredita que o ingresso de alunos com deficiência na rede regular de ensino estimula a autonomia e a independência deste aluno?
- 11 – Para você, quais as consequências do ingresso do aluno com deficiência na rede regular de ensino, para ele próprio, para os professores e para os colegas de classe? Você nota que isso traz algum estímulo à sua autonomia e independência? Comente.
- 12 – Você vê dificuldades no trabalho com uma pessoa com deficiência visual?

III – Roteiro de Entrevista Professores



CEAD – Centro de educação a Distância Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEB)

- 1 – O que é inclusão para você?
- 2 – Você tem experiência em trabalhar, em sala de aula, com alunos com deficiência visual?
- 3 – Comente os pontos mais importantes para o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico, em sala de aula, com o aluno com deficiência visual.
- 4 – Fora o material em Braille, você conhece algum outro material disponível para desenvolver suas atividades em sala de aula com o aluno deficiente visual? Comente.
- 5 – Você encontra dificuldades para trabalhar as atividades pedagógicas com o aluno com deficiência visual em sala de aula?
- 6 – A avaliação e o currículo do aluno com deficiência visual são adaptados?
- 7 – Você recebeu algum treinamento para utilizar o material adaptado em sala de aula com o aluno com deficiência visual?
- 8 – O que você julga importante para a aprendizagem desse aluno?
- 9 – Comente o desenvolvimento e aproveitamento de Fernanda em sua disciplina.

I V – Roteiro de Entrevista Alunos**CEAD – Centro de educação a Distância
Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEB)**

Identificação:

Sexo: Feminino () Masculino ()

Sua idade está entre:

() 10 e 15 anos () 15 e 20 anos

() mais de 20 anos

Tempo em que estuda no CEC:

() 1 a 5 anos () menos de um ano

() 5 a 10 anos () mais de 10 anos

1 – Fale-me a respeito de você, de sua família e de sua escola.

2 – O que você entende sobre a inclusão?

3 – Em sua opinião quais são os pontos positivos e negativos da inclusão?

4 – Há quanto tempo você conhece e é colega de classe da Fernanda?

5 – Houve uma orientação ou preparação prévia com a turma sobre a chegada da Fernanda à classe?

6 – Como é seu relacionamento com a Fernanda?

7 – Como você vê o relacionamento dos demais colegas da classe com ela?

8 – Como você vê o desempenho escolar da Fernanda? Ela realiza as tarefas sozinhas? É atenciosa? Criativa? Participativa? Que outras características de Fernanda você acharia importante citar?

9 – Há algum tipo de ajuda que Fernanda precisa ou solicita dos colegas? Quais?

10 – Você acha que alguma coisa poderia ser mudada para melhorar a inclusão de todos na escola? Comente.

V – Roteiro de Entrevista Aluna Deficiente Visual



CEAD – Centro de educação a Distância
Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEB)

- 1 – Fale-me a respeito de você, de sua família e de sua escola.
- 2 – O que você entende sobre a inclusão?
- 3 – Em sua opinião quais são os pontos positivos e negativos da inclusão?
- 4 – Fale sobre suas atividades diárias, aulas que frequenta terapias, tarefas da escola.
- 5 – Fale sobre sua rotina na escola, suas matérias, professores e colegas preferidos e quais os conteúdos em que você tem mais dificuldade.
- 6 – Você acha que alguma coisa poderia ser mudada para melhorar a inclusão de todos na escola? Comente.

VI – Roteiro de Entrevista Família Aluna Deficiente Visual



CEAD – Centro de educação a Distância
Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEB)

- 1 – Fale um pouco sobre o que acha relevante na história de vida da Fernanda .para uma escola privada?
- 2 – Como foi o processo de transferência da Fernanda para uma escola privada?
- 3 – Qual foi a reação da Fernanda ao saber dessa mudança?
- 4 – Como vocês foram recebidos na nova escola?
- 5 – Como vocês veem o processo de inclusão da Fernanda na escola?
- 6 – A Fernanda tem autonomia na realização das tarefas? Que outras características vocês consideram importantes destacar?
- 7 – Qual é a participação da família nas atividades escolares da Fernanda?

VII – Roteiro de Entrevista Professora de Apoio Pedagógico



CEAD – Centro de educação a Distância Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEB)

- 1 – Fale um pouco a respeito do que você conhece sobre a história de Fernanda, sobre sua vida familiar e escolar, bem como o processo de diagnóstico de sua deficiência.
- 2 – Como era seu trabalho como professora de apoio da Fernanda? Durante quanto tempo a acompanhou? Qual era exatamente sua função como tal?
- 3 – Como era o aproveitamento e comportamento da Fernanda durante esse tempo?
- 4 – Você percebia entraves ao processo de inclusão da aluna? Poderia falar um pouco sobre isso?
- 5 – Você teve alguma participação na decisão de transferir a Fernanda para uma escola privada onde ela não conta mais com professor de apoio? Comente
- 6 – Você acredita que o ingresso do aluno com deficiência na rede regular de ensino estimula a autonomia e a independência deste aluno?
- 7 – Qual a maior dificuldade encontrada no trabalho com uma pessoa com deficiência visual?

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

À Direção da Escola _____

Prezado (a) Senhor (a) _____

Como aluno (a) do curso de especialização em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de

Para o desenvolvimento deste projeto, que será realizado na turma _____ serão utilizados _____ procedimentos _____ tais _____ como _____

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que este desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre _____ e contribuindo assim, para a construção de práticas escolas mais inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Juiz de Fora, ___ fevereiro de 2019.

Nome do aluno (CPF/ telefone de contato)